

ESCÂNDALO
"ANGOCHE"



N. 1917 9/12/76
preço 15\$00

vida mundial

**ELEIÇÕES PARA AUTARQUIAS:
SURPRESAS NOS RESULTADOS?**





Eleições para as autarquias locais

COROAMENTO DA DEMOCRACIA

As eleições para as autarquias locais constituem o último passo da institucionalização da democracia, segundo o estipulado na Constituição.

Mas, no nosso país e hoje, o presente acto eleitoral tende a ultrapassar o significado já de si muito importante que é o coroamento final do aparelho institucional democrático.

As eleições estão a ser encaradas pelos meios políticos e até pela generalidade dos cidadãos como um teste à popularidade do Governo, empossado há pouco mais de quatro meses, como uma demonstração das eventuais alterações registadas no eleitorado. Este, agora, conhece melhor os partidos e as forças em presença, sabe caracterizar com maior exactidão os diferentes programas em disputa.

Embora este significado que as eleições locais têm entre nós não possa ser caracterizado de original, uma vez que, nos países europeus, ele constitui uma constante desde sempre, não deixa de trazer implicações particulares num país em que a democracia dá os seus primeiros passos e onde os factores de desestabilização continuam a fazer-se sentir com demasiado vigor.

Os diversos partidos disputarão os lugares das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais e de Freguesia com vista a levar a sua política a esses órgãos, de poder local e a estender a sua influência a partir deles. Mas eles pretendem ainda dispor de números que fortaleçam a sua posição no xadrez político nacional face às batalhas políticas que se avizinham e que se adivinham de uma certa envergadura, com um Governo a ser contestado de uma forma crescente pelos partidos com assento na Assembleia da República.

Nessa perspectiva, esboçaremos aqui a disposição das forças que a campanha e os diversos programas em presença têm definido, assim como os

principais objectivos políticos que as grandes correntes entendem perseguir com as actuais eleições.

PS: MANTER ELEITORADO

O partido governamental tem na presente conjuntura um objectivo central a atingir nas eleições: conseguir um resultado que não possa ser susceptível de colocar em perigo a composição da equipa governamental. De facto, uma quebra significativa no eleitorado do PS teria repercussões irreparáveis na posição do Governo de Mário Soares, havendo já partidos que se pronunciam a favor de alterações da equipa governativa caso isso venha a suceder.

O Manifesto Nacional do Partido Socialista, emitido para a campanha eleitoral, avança uma consigna muito clara: "Vencer as eleições." Embora de cunho predominantemente técnico, o documento não deixa de fazer compreender a posição algo difícil do partido governamental, argumentando que o País se debate com "graves problemas", exigindo que se fale "uma linguagem de verdade" e não se escondam as dificuldades "em palavras demagógicas".

De qualquer forma, o PS desenvolve um grande esforço, sobretudo ao nível municipal, onde apresenta a melhor posição face aos demais concorrentes. De notar, contudo, que apesar dos meios imensos de que dispõe, não consegue competir de perto com a FEPU no número das sessões de propaganda.

Apesar de se saber "apertado" pelas listas do "Povo Unido" que lhe disputam importantes sectores do seu eleitorado tradicional, o PS não leva a efeito uma campanha que possa ser encarada como a resposta necessária a esse desafio. Depois de ter votado em conjunto com o PCP na Assembleia da República para fazer aprovar o sistema eleitoral que vigorará nestas eleições (e que não deixará de ser aproveitado convenientemente pelo partido de Álvaro Cunhal), o PS tende a apresentar-se na campanha como o partido da "concordia nacional" que quer levar "todos os portugueses, sem excepções ou anátemas de qualquer espécie, a intervir na resolução dos problemas locais".

FEPU: OBTER VOTOS DO PS

A FEPU, Frente Eleitoral Povo Unido, constituída pelo PCP, MDP/CDE, FSP e independentes, visa sobretudo nas presentes eleições atingir uma expressão eleitoral que lhe permita exigir, com maior autoridade, a constituição de um Governo de "maioria de esquerda". Isso não é contrário, antes pressupõe, o objectivo igualmente pretendido de introduzir inúmeros elementos nos diversos órgãos de autarquias onde irão promover a política que já o MDP/CDE levou a efeito após o 25 de Abril, por assalto dos postos donde haviam sido desalojados os fascistas.

Na medida em que se trata de conquistar eleitorado normalmente afecto a outros partidos, a forma de "frente" foi a escolhida como mais favorável a esse intento. Ela engloba o eleitorado dos partidos que a integram e ainda aquele que pode vir a ser influenciado pela propaganda particularmente dirigida a esse fim. Segundo o membro do

Comité Central do PCP Jaime Serra, a FEPU integra, para além de elementos afectos ao PS, simpatizantes e gente ligada ao PSD e até ao CDS.

Relativamente ao PS, as pretensões dos dinamizadores da FEPU não serão totalmente ilusórias na medida em que factores de vária ordem e a actuação da ala radical acabam por favorecer a propaganda aliciadora e “esquerdizante” conduzida pelo “Povo Unido”. Aliás, já a campanha e os resultados obtidos por Oteló Saraiva de Carvalho nas eleições presidenciais mostraram a permeabilidade das hostes soaristas, constituindo precedente não negligenciável.

Ao PCP, principal mentor da FEPU, interessa sobremaneira conquistar eleitorado ao PS. Por um lado enfraquece o seu concorrente mais directo no campo da “esquerda”, por outro lado fica com uma posição mais favorável à pressão que não deixará de exercer para forçar a “maioria de esquerda”, caso os resultados se lhe mostrem propícios. Já a 7 de Outubro o “Avante!” falava nas “largas possibilidades” para “o entendimento e uma vasta participação de socialistas nas listas unitárias”.

Por outro lado, a Proclamação da FEPU apresenta um âmbito largamente frentista, desprovida de ataques ao Governo e ao próprio PS, demarcando dois campos distintos — o dos democratas, onde implicitamente se encontra o PS, e o daqueles que “mais ou menos directamente estiveram comprometidos com a injustiça e a opressão do passado fascista”. Ao mesmo tempo, as presentes eleições são apresentadas pelo MDP/CDE como “uma grande batalha contra a direita reacçãoária” o que, na linguagem desta organização e do PCP, significa PSD e CDS.

A FEPU apresenta-se em boa situação no número de Câmaras e Assembleias Municipais a que concorre, bastante próximo do PS. O mesmo não sucede nas Assembleias de Freguesia, onde fica não só atrás do PS como do PSD e CDS. A sua campanha, no entanto, não tem paralelo. Calcula-se mesmo que as sessões organizadas pelo “Povo Unido” são em maior número que a totalidade de sessões levadas a efeito pelos outros concorrentes.

PSD E CDS: DESCENTRALIZAR DECIDIDAMENTE

Finalmente, o PSD e CDS, partidos da oposição democrática, dão uma grande importância a estas eleições, tentando com elas conquistar posições que favoreçam o fortalecimento da sua base de contestação ao Governo. A um Governo que têm vindo a criticar cada vez com mais veemência e que consideram incompetente e desprovido da base de apoio necessária para a tomada de medidas julgadas indispensáveis para a salvação nacional.

Programaticamente, o PSD e o CDS mostram-se os mais persistentes defensores da descentralização. Neste momento, este desiderato mostra-se até adicionalmente favorável aos dois partidos na medida em que estes poderão reunir condições para desenvolver uma política de acordo com os seus princípios no caso de conquistarem posições significativas nos órgãos do poder local, enquanto na Assembleia da República e ao nível do Poder Central a actuação do PS lhes tem impedido de ter uma contribuição mais activa na condução dos negócios públicos.

A este nível, o PSD e o CDS não se

têm poupado na crítica ao PS, particularmente aos desígnios implícitos na propaganda do partido governamental, ao pretender fazer crer ao eleitorado os benefícios do voto PS (nas autarquias) por o partido se encontrar no Governo.

Duma forma geral, apresentando uma participação razoável no número de órgãos em que concorrem, os dois partidos salientam-se sobretudo nas Assembleias de Freguesia. Na actual campanha, o PSD e o CDS centram a sua actuação na exposição dos seus programas, acentuando os aspectos técnicos ou expondo os princípios gerais em que repousam.

O poder de mobilização destes partidos é um factor a não descurar na medida em que ele não é grande e em que se prevê uma grande percentagem de abstenções para as eleições locais. No caso de uma campanha mal orientada as abstenções irão favorecer sobretudo a FEPU, na medida em que o seu eleitorado é mais persistente e disciplinado, fazendo com que o peso dos partidos democráticos, incluindo o governamental, saia ou possa vir a sair consideravelmente diminuído no conjunto dos resultados.

J. M.

O QUE PROPÕEM OS PARTIDOS



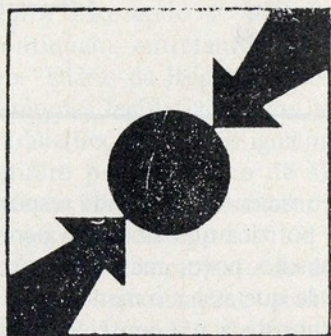
Subordinado ao título “Vencer as eleições, construir poder local”, o PS divulgou o seu manifesto nacional, no qual, a dado passo, se afirma que os candidatos propostos pelo PS concor-

rem com a certeza de que o povo português voltará a manifestar a sua confiança no partido que venceu as eleições para a A.R. Consideram os candidatos do PS que só da articulação harmoniosa entre a acção das autarquias e a intervenção do Governo e da administração central dependerá a superação das deficiências existentes na habitação, nos transportes, no saneamento básico, na saúde, na educação, etc. Segundo o manifesto, os socialistas providenciarão para que seja revista toda a estrutura das receitas municipais, assegurando aos concelhos e freguesias disponibilidades financeiras permanentes.



PSD/PPD

Por sua vez, o PSD/PPD declara no seu manifesto eleitoral: "É profundamente identificados com o povo português que participamos nas eleições para as autarquias locais. Estamos com ele no desejo de se emancipar da tutela asfíxiante do Governo de Lisboa." Preconizando para os órgãos de poder local uma independência financeira "que a Constituição já lhes reconheceu", o PSD/PPD afirma que só nessa altura as autarquias locais deixarão de viver de subsídios e participações do Governo e terão as suas receitas próprias, provenientes de parte dos impostos directos arrecadados na sua área. Quando isso acontecer — continua o manifesto — romper-se-á definitivamente o laço de dependência financeira que ligava as autarquias ao Governo central e os governadores civis, criadas as regiões administrativas, desaparecerão.



CDS

O CDS concorre às eleições com o fim de obter um novo crescimento do partido traduzido num reforço ainda maior da sua percentagem, segundo se lê num depoimento que nos foi envia-

do por este partido. Atacando o PSD/PPD por "se ter inclinado para os braços do PS", o CDS afirma ter logrado mobilizar "com extrema facilidade em todo o país" cerca de 35 mil candidatos.

Considerando o momento político grave e recheado de incertezas, o CDS condena o abstencionismo, "por extremamente nocivo ao país e ao povo". Preconizando uma "verdadeira descentralização", o CDS considera que "o desmascaramento do PCP, que volta a agitar as suas chantagens e as suas pressões, acobertado por detrás da alcunha "Povo Unido", é um imperativo da democracia no momento actual".



Numa nota da Comissão de Imprensa da FEPU chegada à nossa redacção, afirmando que "cerca de 60 por cento dos candidatos nas listas do Povo Unido são independentes", lê-se a determinado passo: "aliando o aumento de recursos financeiros e técnicos das autarquias locais ao entusiasmo e participação popular, e se estiverem nos órgãos de poder local homens honestos e de esquerda, teremos cada vez mais escolas, creches e jardins de infância, centros de repouso da velhice, águas, esgotos e luz eléctrica, transportes, hospitais e habitações". Segundo a FEPU, a sua formação veio corresponder às características específicas do próximo acto eleitoral, considerando que unir e organizar o povo em torno da resolução dos problemas locais mais sentidos pelas populações é um objectivo que deveria interessar a todas as forças democráticas.

O MRPP, no seu manifesto eleitoral para as próximas eleições, afirma que os seus candidatos estão firmemente

dispostos a baterem-se pelas reivindicações das classes trabalhadoras e a lutar pela satisfação dos seus anseios a uma vida nova, digna de ser vivida, numa sociedade sem exploradores nem opressores. Desta forma o MRPP considera que as medidas imediatas a tomar são as seguintes: expropriação das terras aos grandes agrários e a sua entrega



aos camponeses pobres; nacionalização dos monopólios estrangeiros; no inventário de todas as riquezas nacionais e na sua utilização planeada para servir os interesses do povo trabalhador; na planificação e controlo da produção e consumo pelos trabalhadores; na criação de um banco nacional único; no inventário da força de trabalho nacional e na instituição do trabalho obrigatório para todos; na fixação de preços agrícolas; no auxílio aos pequenos camponeses, comerciantes e industriais.

**PELA INDEPENDÊNCIA,
PELA DEMOCRACIA,
PELO PROGRESSO SOCIAL!**

"Pela independência, pela democracia, pelo progresso social" é a sigla sob a qual concorre a "frente" constituída pelo PCP (m-l), a AOC e elementos do jornal "O Proletário Vermelho". Começando por afirmar que "a ameaça social-fascista e social-imperialista não desapareceu com o 25 de Novembro", aquela "frente" considera que, face à acentua-

da deterioração da economia do nosso país, o Governo não tem tomado as medidas que a situação exige. Desta forma afirmam que, antes de tudo, “é necessário romper com a política de conciliação com o social-fascismo e traçar um plano económico de salvação nacional”, propondo a criação de novas empresas a nível municipal com o fim de combater o desemprego, defendendo ainda o apoio técnico à agricultura. No capítulo da saúde propõem a instalação de verdadeiros hospitais concelhios e dispensários de freguesia. No respeitante à habitação, ensino e melhoria dos equipamentos sociais, consideram que deve ser alargado o saneamento básico, criar-se bibliotecas e equipar os transportes públicos com meios necessários.



PPM

Do extenso programa enviado pelo PPM, retirámos a seguinte passagem: “um dos factores que impõe espaço geográfico muito mais vasto é, precisamente, a necessidade de promoção da “qualidade de vida”. A “qualidade de vida” diz respeito a indispensáveis progressos na habitação, na saúde, nas subsistências, nos transportes, na educação, no recreio e na cultura, que têm, em breve, de se tornar conquistas”.

Além disto o PPM propõe a municipalização, socialização e comunalização do solo urbano, considerando que, para tal, é necessário acabar com a especulação dos terrenos.

Quanto à habitação este partido defende que a resolução deste problema implica: casa digna, espaço livre exterior próximo (jardins e lagos) e transporte acessível e fácil para o trabalho e para a cidade.

NOTA: Até à altura do fecho desta edição ainda não tinha chegado à nossa redacção qualquer documento quer do PDC, quer da coligação LCI/PRT quer dos GDUP, pelo que nos é totalmente impossível mencionar o programa destes partidos.

MRPP SITUAÇÃO REFORÇADA EM LISBOA

Para a apresentação das listas do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, concorrentes às próximas eleições para as autarquias locais, teve lugar na sede nacional daquele partido uma conferência de Imprensa presidida por Fernando Rosas, membro do Comité Central do MRPP e cabeça da lista para a Câmara Municipal de Lisboa. A mesa era composta

0 PS	— 55 listas (Câmara, Assembleia Municipal,	53 freguesias)
0 PSD	— 55 listas (Câmara, Assembleia Municipal,	53 freguesias)
0 CDS	— 54 listas (Câmara, Assembleia Municipal,	41 freguesias)
0 MRPP	— 44 listas (Câmara, Assembleia Municipal,	43 freguesias)
0 FEPU	— 43 listas (Câmara, Assembleia Municipal,	41 freguesias)
0 GDUPs	— 41 listas (Câmara, Assembleia Municipal,	39 freguesias)
0 PCP (m-l)	— 2 listas (Câmara,	1 freguesia)
0 LCI	— 2 listas (Câmara,	1 freguesia)
0 PPM	— 2 listas (Câmara, Assembleia Municipal)	
0 PRT	— 1 lista (Assembleia Municipal)	

Durante a conferência, foi ainda distribuído o manifesto eleitoral daquele partido — o **Mandato Popular** —, onde são explanados a razão, os princípios, a política e o programa para as autarquias locais. A abrir este manifesto, pode ler-se: “Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Proletariado (MRPP), ao virem reclamar, para si e para o seu partido, a confiança e o voto nas eleições a que se propõem para as autarquias locais e a realizar no próximo dia 12 de Dezembro, fazem

ainda por Maria Emília Pais Barros Gonçalves, que encabeça a lista para a Assembleia Municipal de Almada, e por José Romão, dirigente do sindicato dos TLP e cabeça de lista para a Câmara Municipal de Oeiras.

Na alocução inicial, Fernando Rosas começaria por expor pormenorizadamente os dados estatísticos da participação do MRPP nestas eleições. Deste modo, as percentagens do eleitorado abrangido discriminam-se assim:

A norte do Douro: 35 por cento; 0 entre Douro e Tejo (excepto os distritos de Santarém e Lisboa): 30 por cento; o distrito de Santarém: 52 por cento; o distrito de Setúbal: 89 por cento; o distrito de Lisboa: 98 por cento; o distrito de Faro: 71 por cento.

Em síntese, a propaganda eleitoral do MRPP abrange 50 por cento do eleitorado nacional e apresenta um total de 2462 candidaturas. Cobre 13 distritos e, nestes, atinge 60 por cento do eleitorado.

Quanto ao concelho de Lisboa, o MRPP apresenta uma situação bastante reforçada, já que é o quarto partido desta região. A título comparativo, reproduzimos o seguinte mapa:

—no conscientes da pesada responsabilidade política que assumem perante esse mesmo povo, mas convictos também de que esse é o mandato imperativo, imposto à sua consciência de cidadãos e trabalhadores revolucionários pela situação degradante e calamitosa em que vive — se isso se pode chamar viver! — a imensa maioria das famílias trabalhadoras do nosso país, esmagadas pelo desemprego, pela vida sempre mais cara, pela doença, a fome e a miséria.”